

Notas arquegenealógicas sobre o uso de máscara na pandemia

Archegenealogical notes on the use of a mask in the pandemic

Sarah Carime Braga Santana¹
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
sarah.braga@live.com

Antoniél Guimarães Tavares Silva²
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
gui.antoniél@gmail.com

Anísio Batista Pereira³
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
pereira.anisiobatista@ufu.br

RESUMO: A constituição de sujeitos no período pandêmico da COVID-19 se insere em uma rede de modos de subjetivação que resgatam práticas discursivas singulares ao analisar as relações entre o uso de máscaras e a produção de sentidos na/pela história. Objetiva-se analisar, por meio da descrição de enunciados, como o uso de máscaras produz efeitos de subjetividade para a constituição de um sujeito no crivo dos estudos discursivos. Seleciona-se como *corpus* de análise alguns enunciados recortados da reportagem digital publicada no site da UOL em 05 de junho de 2020 com o título “Do Anonymus ao covid, uso de máscaras vai mudar a lógica de nossas relações”, de Christian Dunker. Para tanto, este trabalho se baseia nos estudos da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente sobre as contribuições de Michel Foucault e alguns analistas do discurso contemporâneos. O procedimento teórico-metodológico se conduz pela descrição e análise das condições de possibilidade discursiva de determinados sentidos inscritos na história e nas relações sociais com fulcro na perspectiva arquegenealógica e ética da existência. Assim, o uso de máscaras constitui um sujeito na relação entre enunciados e os jogos de verdade do individual ao coletivo na produção de subjetividades.

Palavras-chave: Arquegenealogia; Sujeito; Ética de si; Máscaras.

ABSTRACT: The constitution of subjects in the pandemic period of COVID-19 is part of a network of subjectivation modes that rescue singular discursive practices when analyzing the relationships between the use of masks and the production of meanings in / through history. The objective is to analyze, through the description of statements, how the use of masks produces effects of subjectivity and identity for the constitution of a subject in the sieve of discursive studies. Some corpus of analysis selected from the digital report published on the

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFU (PPGEL-UFU/CAPES). Membro do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq).

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFU (PPGEL-UFU). Membro do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq).

³ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFU (PPGEL-UFU/FAPEMIG). Membro do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq).

UOL website on June 5, 2020 under the title “From Anonymous to covid, wearing masks will change the logic of our relationships”, by Christian Dunker. To this end, this work is based on the Discourse Analysis studies of the French line, especially on the contributions of Michel Foucault and some contemporary discourse analysts. The theoretical-methodological procedure is guided by the description and analysis of the conditions of discursive possibility of certain meanings inscribed in history and in social relations with a focus in the archegenealogical and ethical perspective of existence. Thus, the use of masks constitutes a subject in the relationship between statements and the games of truth from the individual to the collective in the production of subjectivities.

Keywords: Archegenealogy; Subject; Self ethics; Masks.

Considerações iniciais

Na história do presente, observamos que o sujeito tem sido atravessado por diversos fatores contingenciais que determinam seus modos de constituição, cujos aspectos imaginários e simbólicos demarcam esses tempos atuais. Dentre os diversos fatos que têm ocorrido, a quarentena, que apresenta seu início em março de 2020, como meio de se proteger e de garantir proteção ao outro, tem se apresentado como um modo de subjetivação dos sujeitos, sobretudo pela utilização de máscaras que acaba por se tornar uma prática significativa quando se pensa em sujeito e discurso. Os sentidos produzidos por essa proteção que se traduz no encobrimento do rosto podem ser múltiplos, pelas memórias que recuperam e pelos efeitos que esse acessório produz.

Essa abordagem de cunho discursivo inscreve-se na Análise do Discurso foucaultiana, pois, tendo em vista sua fertilidade, consideramos oportuno lançar mão desse arcabouço teórico-metodológico para se pensar nessa prática de proteção da COVID-19 que os sujeitos têm aderido. Por meio dessa fundamentação teórica, o analista procede a um movimento descritivo-interpretativo tendo em vistas as condições de possibilidade discursiva, cujos sujeitos se constituem na/pela história, pelas práticas sociais, pelas práticas discursivas.

Pensando nessa problemática ligada à pandemia, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre a constituição do sujeito “mascarado” como efeito da pandemia que marca a sociedade, a nível mundial, provocando consequências em vários campos sociais: financeiro, cultural, educacional, social, demandando novas formas de relações sociais, e novas práticas discursivas. O *corpus* escolhido para análise trata de uma reportagem recortada da internet, intitulada “Do Anônimo ao covid, uso de máscara vai mudar a lógica de nossas relações”, de Christian Dunker, publicado no site da UOL em 05 de junho de 2020, cujo enunciado explora as linguagens verbal e não verbal, proporcionando condições para análise no contexto também do visual. Esse recorte, juntamente com a temática, justifica-se pelo fato de trazer à tona possibilidades para uma reflexão sobre a construção de sentidos no contexto discursivo da utilização da máscara no âmbito das formações discursivas a que ela remete.

Atentando-nos para essa prática discursiva do presente e tomando como base teórica os pressupostos foucaultianos, algumas questões merecem destaque: a) Como a máscara pode ser tomada como enunciado e integrante de um arquivo discursivo, tendo em vista a história do presente nesse processo de irrupção?; b) De que forma a máscara pode ser apontada como um dispositivo que reflete nas relações de poder?; c) Como a máscara se traduz em um acessório capaz de configurar uma ética e estética da existência? São essas as questões que

procuraremos responder ao longo deste trabalho e que se definem como condutoras do nosso fio rumo a esse percurso reflexivo sobre essa prática que atua nas constituições subjetivas.

Para ordenamento do texto, este se encontra organizado da seguinte maneira: além deste adentramento introdutório, serão apresentadas três seções que abordarão as problemáticas concernentes às questões levantadas, com as análises no bojo do suporte teórico-metodológico adotado. Em seguida, por um efeito de conclusão, as considerações finais serão elencadas, no âmbito das questões apreendidas e discutidas nos aspectos de enunciado, relações de poder e ética e estética da existência.

A máscara como enunciado integrante de um arquivo

Notamos que a história está situada em um fio descontínuo. Isto é, ela não “transcorre” de forma linear, mas sim com alternâncias e rupturas. Desse modo, percebe-se que a história se constitui no entremeio de conflitos e, principalmente, de relações de poder. Assim, tem-se o que Foucault (2012) chama de arqueologia do saber em que há o uso das práticas discursivas para se compreender e analisar os sistemas de pensamento e os próprios acontecimentos. À vista disso, buscamos realizar, nesta seção, alguns apontamentos acerca do uso da máscara tendo como base analítica pressupostos arqueológicos.

Em primazia, devemos observar que utilizar o método arqueológico de análise consiste em um movimento descritivo, por assim dizer, uma vez que tomamos como instrumento analítico a descrição de enunciados em busca de regularidades nas dispersões das propriedades do discurso para o estabelecimento de leis gerais que autorizam os dizeres que se permitem serem ditos ou não, as chamadas *práticas discursivas*. Dessa forma, práticas discursivas são entendidas como “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2012, p. 133). Essas práticas são regidas pela emergência dos discursos que em seu funcionamento constituem as estruturas basilares de uma formação discursiva que possui como unidade mínima o enunciado.

Foucault (2012) propõe quatro hipóteses que permeiam o princípio de unidade para uma análise dos acontecimentos discursivos e que são oportunos para este estudo com vistas a esclarecimentos posteriores ao método: a primeira aponta a possibilidade de os enunciados se estreitarem a partir do momento em que se direcionam para um mesmo objeto; todavia,

surtem controvérsias quanto à fidelidade desses direcionamentos, pois em distintos campos do saber os objetos podem se tornar outros, o que requer uma descrição de suas dispersões. A hipótese seguinte refere-se à categorização dos grupos de enunciados por meio do modo como se encadeiam, convencendo fissuras quanto à unidade devido ao aspecto híbrido dos enunciados; sendo assim, precisa de um olhar para os sistemas de repartição. A terceira remete à organização das redes conceituais que se definem de maneira coerente em lugares distintos; em contrapartida, é arriscado convalidar uma coerência findada ao passo que seria necessário um exame dos jogos das irregularidades. A última se conduz pela descrição das propriedades internas das relações que determinam em uma totalidade os temas e as identidades, não obstante, a carência de limites ao campo de estratégias que não escapam ao tema.

Por conseguinte, estabeleceremos aqui como a descrição deve ser elaborada para que, em seguida, mobilizemos alguns enunciados. Foucault (2012) propõe alguns cuidados para o ato de descrição dos enunciados: primeiramente, deve-se considerar a ordenação de grupos de signos – vocabulário – penderes ao tempo e espaço e às posições do sujeito dentro de certo domínio associado a um campo que, conjuntamente, findam as propriedades do discurso, ao passo que “[...] analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais” (FERNANDES, 2007, p. 21).

Em decorrência disso, a análise das *performances verbais* é provinda de um nível particular em que o analista se apoia para descrever os atos, seja baseado em *regularidades* ou *dispersões*; não obstante, este ato envolve a investigação das condições próprias que autorizam as funções que possibilitam a coexistência do enunciado produzido, pois se salienta que:

A análise enunciativa só pode se referir a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados – e, mais precisamente, a essa singularidade que as faz existirem, as oferece à observação, à leitura, a uma reativação eventual, a mil usos ou transformações possíveis, entre outras coisas, mas não como outras coisas (FOUCAULT, 2012, p. 124).

Esse empreendimento também envolve os enunciados que, apesar de não serem produzidos – os *não-ditos*⁴ –, restauram em sua *ausência* sob determinados condicionamentos que permitem que enunciados emergjam ligados a um grupo referente que data a que função é

⁴ Chamamos de “não-ditos” as condições de possibilidade de aparecimento dos enunciados em uma dada formação discursiva que são determinados a medida em que as práticas discursivas restauram os *já-ditos* no discurso da história.

útil. Por último, o *nível enunciativo* admite que o enunciado assuma uma função, mesmo que não seja impresso em uma materialidade perceptível; isto é, uma vez que não é nem proposição, nem frase, nem sintagma linguístico estruturado, é suposto por outros elementos dados anteriormente, uma vez que “[...] como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, necessita-se romper as estruturas linguísticas, para se chegar a ele” (FERNANDES, 2004, p. 45), em contrapartida, possíveis pelas condições de possibilidade de aparecimento.

Ainda sobre a *arqueologia* de Foucault (2012), o discurso, enquanto um suposto princípio de unidade, não pode ser pensado somente sob o estabelecimento do livro ou da obra, pois conduz no princípio de sua estruturação determinadas regras que forjam a organização de enunciados em conjunturas inscritas em uma formação discursiva. Nesse sentido, faz-se necessário problematizar a definição de enunciado como orientador da construção de um objeto de estudo, uma vez que é compreendido como a menor instância inteligível no/do discurso (FOUCAULT, 2012).

O enunciado não se limita à proposição, pois a independência da estrutura lógica tradicional de produção dos sentidos se contrasta nos diferentes lugares discursivos. Também não se compreende como apenas a frase, já que transcende a qualidade verbal da justaposição de palavras e envolve outras superfícies interativas, como construtos numéricos, gráficos, imagens, produtos sonoros etc. Assim, não é somente um recorte da língua, pois “[...] mesmo que [Foucault] considere que a existência material seja um dos componentes necessários para a realização do enunciado, [...] o ‘real da língua’ não é objeto de Michel Foucault” (NAVARRO, 2012, p. 4), apoiando-se, ademais, nas disposições da língua para se constituir.

Além disso, o enunciado, ainda amparado sob a perspectiva de Foucault (2012), define-se pela sua função enunciativa, como algo efetivamente produzido, contendo alguns aspectos que o caracterizam, a saber: uma materialidade repetível, um suporte material, um suporte institucional e uma posição de sujeito. Considerando esses pressupostos, o enunciado pode ser tomado como a unidade do discurso, dadas suas condições sócio-históricas de aparecimento que o singularizam.

Ademais, é importante apontar que, no nível arqueológico de análise, o pensador em tela opõe *enunciado* e *enunciação*, sendo aquele suscetível à repetição em seu espaço do dizível, sob determinadas condições; a enunciação é um ato de formulação singular, ou melhor, referindo-se ao dizer de Foucault, “[...] há enunciação toda vez que um conjunto de signos for emitido. Cada uma dessas articulações tem sua individualidade espaço-temporal” (2012, p. 156). Não obstante, tomar o enunciado como uma unidade mínima do discurso

demanda problematizar não somente qual a função desempenhada no agrupamento, mas também quais os domínios que se instauram em um tempo e um espaço delimitado pelo analista, o que exige compreender a descrição dos enunciados.

Faz-se necessário, nesse momento, trazer à tona a noção de *arquivo*, tendo em vista que o recorte para nossas análises integra um conjunto de enunciados produzidos na história do presente. Foucault (2012) entende que “são todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo” (FOUCAULT, 2012 p. 146). Podemos entender que o arquivo é um sistema que transforma enunciados em acontecimentos e em coisas.

Dessa forma, compreende-se que o arquivo é “de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2012 p. 147). Por outro lado, ele faz “aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e transformação dos enunciados” (FOUCAULT, 2012, p. 148). Assim, podemos perceber que o arquivo será o sistema discursivo pelo qual os enunciados ou se conectarão à história ou serão excluídos.

Levando em consideração os conceitos supracitados, procederemos a uma análise para refletirmos sobre a máscara enquanto objeto de enunciados que integram um arquivo. Tomaremos como objeto para análise três enunciados apresentados a seguir, extraídos de um texto presente no *Blog do Dunker*⁵.

Os três enunciados recortados para análise, nesta seção, apresentam como regularidade discursiva o uso da máscara. Devemos nos atentar ao fato de que nos enunciados “máscara” deixa de ser um mero termo presente na língua e passa a ocupar o valor de enunciado que ocupa e mobiliza determinadas formações discursivas e determinados acontecimentos discursivos e, justamente por isso, integra um arquivo. Dessa forma, realizaremos a análise de cada enunciado para observarmos de que maneira há essa movimentação de máscara/termo para máscara/enunciado.

Nesse movimento de análise, destacamos que a máscara não aparece exclusivamente neste momento da pandemia. Antes já existia o hábito de sua utilização pelos sujeitos, com sentidos outros, de acordo com cada condição histórica que a torna singular, tanto que no

⁵ Disponível em: <<https://blogdodunker.blogosfera.uol.com.br/2020/06/05/do-anonymous-ao-covid-uso-de-mascara-vai-mudar-a-logica-de-nossas-relacoes/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

recorte em estudo são apontados vários sentidos desse uso. Vejamos a sequência discursiva SD 1.

SD 1:

Neste sentido a tecnologia representada pela máscara é o inverso da técnica do muro, empregada pela lógica dos condomínios. No muro, eu torno o outro invisível e perigoso. Eu me protejo dele criando uma realidade artificial onde só existem pessoas como eu mesmo. A máscara é uma forma de reconhecer a importância do outro, eu contenho minha boca, mas valorizo meus olhos (DUNKER, 2020, s/p).

Notamos que, no enunciado SD 1, máscara constitui um elemento que provoca um rompimento com as desigualdades sociais, por colocar todos os sujeitos em uma condição supostamente uniforme, cujas diferenças sociais são apagadas. Afinal, como se coloca, ela veio para quebrar barreiras e transparecer a fragilidade que os sujeitos, enquanto seres humanos, apresentam. Destacamos que a construção discursiva de máscara parte da contraposição da ideia de muros de condomínio e, como sabemos, isso não é aleatório. Presumimos que essa oposição serve para demarcar mais uma vez a máscara enquanto um instrumento de igualdade, visto que em condomínios habitam somente sujeitos que pertencem a uma classe social mais abastada. Todavia, mesmo utilizando “muros” para se distanciarem de outras realidades socioeconômicas, a máscara escancara a proximidade desses sujeitos com outros que não advêm dessa mesma realidade econômica.

No enunciado seguinte, sequência discursiva 2, máscara integra outros discursos. Vejamos:

SD 2:

A máscara servia então para indiferenciar o agente, fortalecendo assim a voz, que poderia ser "de qualquer um". Sem sofrer o deságio moral da raça, do gênero ou da classe, e ao mesmo tempo identificando-se com os que historicamente foram privados de sua palavra, os anônimos formavam um movimento de resistência (DUNKER, 2020, s/p).

Em SD 2, a máscara aparece como uma tecnologia de apagamento de individualidade em movimentos sociais. Afinal, nesses movimentos é importante manter o anonimato dos participantes para evitar possíveis represálias e, além disso, para demarcar o caráter coletivo e não individual das manifestações que, na maioria das vezes, ocorrem por insatisfação de um determinado grupo social. Em virtude disso, podemos observar que no enunciado SD 1 a máscara utiliza-se desse já-dito, contido no enunciado SD 2, para delinear mais uma vez o caráter coletivo que ela propõe ao evidenciar o apagamento da individualidade.

Nessa direção de construção de sentidos pelo uso de máscara, considerando-a integrante de um arquivo na história do presente, vejamos a terceira sequência discursiva.

SD 3:

A experiência da pandemia contém todos os ingredientes para produzir uma nova inversão nesta lógica da máscara. Depois dela teremos que confiar muito mais nos outros, saber que tipo de quarentena e que forma de cuidado cada qual tem consigo. Podemos mostrar os olhos, mas filtrar nossas palavras. Podemos nos ocupar do outro, porque por mais que finjamos que muitas vidas entre nós não importam, são invisíveis ou não contam, eles nos afetam biologicamente (DUNKER, 2020, s/p).

Além do que destacamos nos enunciados anteriores, no enunciado SD 3 também temos a presença da máscara com o caráter de incentivo ao comunitário e do apagamento de individualidades. Assim, notamos a retomada de dois acontecimentos discursivos, as manifestações sociais e a pandemia, que demarcam a máscara enquanto um enunciado integrante de uma memória discursiva, cujos sentidos são determinados pela história do presente.

Desse modo, nessa breve análise, conseguimos mostrar como a máscara torna-se um enunciado que se integra a um dado arquivo. Sobretudo, pelo seu aspecto enunciativo que mobiliza o acontecimento discursivo da pandemia e também as manifestações sociais em que a máscara se apresenta como uma tecnologia de apagamento da individualidade e de incentivo ao comunitário e ao coletivo.

A máscara integrante de relações de poder

A genealogia, proposta por Foucault (2008) pensando em um novo modo de análise dos enunciados, pode ser considerada como uma ontologia dos modos de subjetivação dentro do campo do poder/saber. “O genealogista tem necessidade da história para conjurar a ilusão da origem. [...] A genealogia não pretende recuar no tempo para estabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do acontecimento; sua tarefa não é mostrar que o passado está bem ali” (FOUCAULT, 2008, p. 264-265).

Porém, nesta necessidade da ilusão da origem, não é tarefa do genealogista marcar os inícios e os fins da história, mas desembaraçar os seus fios para tomá-los como acontecimento, acontecimento este que está impregnado de história, mas, ao se fazer um ponto nessa teia, traça sua própria trajetória. Dessa forma, não está a cargo da genealogia se

empenhar na história tradicional, mas “manter o que se passou na dispersão [...]; é situar os acidentes, os ínfimos desvios, as falhas, os erros [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 265). No que tange à discussão de qual é ou não o papel do genealogista, Foucault (2008) assevera que essa investigação da origem não institui um ponto fixo, pelo contrário, agita o que parecia imóvel e deixa transparecer as incongruências no que parecia convergir.

Para Foucault (1997), o poder não se possui, se exerce, e por não ser empregado de forma hierárquica, não retém privilégios advindos da classe dominante, é efeito de um conjunto de posições estratégicas. Essas estratégias de poder são os meios operados pelos quais os dispositivos podem funcionar e se manter, se constituir como mecanismos de poder para que este se exerça. O Poder, contudo, não pode ser aplicado como exigência a uma obrigação daqueles que sofrem seus efeitos, mas como o que os perpassa, se realiza através desses sujeitos, se apoia nos sujeitos para que eles possam, por sua vez, se apoiar nos pontos que o poder alcança, em sua resistência. Portanto, “o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 1997, p. 140).

O poder, descrito por Foucault (1997, p. XVI) “possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo”. O poder só pode ser exercido sobre corpos livres, sendo estes de sujeitos que têm diante de si diversas possibilidades e são subjetivados por discursos distintos, que compreendem uma rede em que condutas, reações e modos de comportamentos diversos podem acontecer.

As relações de poder que funcionam em nossa sociedade passam a se exercer também no uso de máscaras, principalmente no momento em que este adereço se torna obrigatório e é ressignificado discursivamente. Para pensarmos, então, na máscara como integrante das relações de poder, foram selecionadas três SDs, sendo a primeira delas:

SD 4:

A máscara é signo da suspeita, mas também um símbolo do super-herói, ou seja, de nosso caráter dual e de nossa divisão subjetiva entre ser e parecer, entre o que se mostra e o que somos. A máscara representa a estrutura de ficção da vida em estrutura de teatro (DUNKER, 2020, s/p).

Tendo-se a obrigatoriedade no uso de máscara, o simbolismo dual deste acessório é ressignificado na sociedade, uma vez que não se pode mais determinar pela máscara quem seria digno de suspeita ou quem poderia ser o herói, dentro das relações de poder estabelecidas socialmente. É necessário, então, que se estabeleçam outras formas para

individualizar, separar e identificar os sujeitos. Se todos estão com seus rostos tapados, deixando visível apenas os olhos, como determinar quem somos e quem parecemos ser? Aplicam-se ao corpo, então, novas regras, pelas quais as máscaras ganham um novo espaço social e passam a ser também um acessório, uma peça do vestuário moderno, dessa forma integram todas as relações sociais.

Sendo assim, “não há corpo fora do poder, pois a materialidade do corpo – aliás a própria materialidade – é produzida pelo investimento do poder e numa relação direta com ele” (BUTLER, 2017, p. 98). O corpo está diretamente ligado a um campo político, portanto o uso de máscaras deixa de ser apenas um instrumento de cuidado com a saúde e passa a fazer parte desse campo político, estando intrinsecamente atrelado às relações de poder.

Por meio dessas relações se investem, dirigem, cerceiam e supliciam os corpos, fazendo com que estes se tornem “corpos políticos”, que, para Foucault (2014, p. 31), são o “conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber”. Este investimento do corpo está ligado à sua utilização econômica, e o autor assevera ainda que é “como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; [...] sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição [...]; o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 2014, p. 29).

Dentro dessa divisão subjetiva entre ser e parecer, assinalada no enunciado em análise, há um investimento no corpo social, a ele são aplicadas novas leis e regras, e o uso de máscaras durante a pandemia tem sua ressignificação instaurada. Dessa maneira, o embate entre ser e parecer dá espaço a uma nova categoria de sujeitos que não são heróis e nem suspeitos, uma vez que, mesmo cobrindo os rostos, é o uso de máscaras que permite o retorno às atividades e, principalmente, ao trabalho. Com o uso da máscara os sujeitos podem transitar livremente e voltar a serem corpos produtores.

Ao mencionar uma vida de ficção ou uma estrutura de teatro, a SD 4 emprega ao sujeito mais um dever, esse sujeito agora ganha o papel de personagem dentro de sua própria realidade. Assim as máscaras deixam de ser vistas apenas em filmes ou em hospitais e assumem um papel importante dentro da sociedade; esse acessório “fílmico” ganha novos espaços e os sujeitos precisam se adaptar a essa nova realidade.

Em continuidade à análise, a SD seguinte, analisada na primeira seção sob o ponto de vista arqueológico, expõe o funcionamento da máscara como forma de resistência:

SD 5:

A máscara servia então para indiferenciar o agente, fortalecendo assim a voz, que poderia ser "de qualquer um". Sem sofrer o deságio moral da raça, do gênero ou da classe, e ao mesmo tempo identificando-se com os que historicamente foram privados de sua palavra, os anônimos formavam um movimento de resistência (DUNKER, 2020, s/p).

A máscara, conforme afirmado neste enunciado, quando utilizada pelo movimento *Anonymous*, foi dada como uma marca de resistência. Esconder-se atrás desta máscara para se fazer ouvir, além de uma estratégia de luta, apresentou-se como uma estratégia de resistência às grandes empresas e corporações. A não identificação dos sujeitos, neste caso, se torna uma ferramenta nos jogos de poder e dentro destes jogos alimenta também a produção de verdades suscitada pelo exercício do poder, uma vez que, em qualquer sociedade vão existir relações de poder que atravessam o corpo social e que não podem se desenvolver sem uma circulação dos discursos.

Por fim, “não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade” (FOUCAULT, 1997, p. 101).

A indiferenciação dos sujeitos do movimento *Anonymous* não se faz efetiva quando se trata do uso das máscaras em momento de pandemia, mesmo com o adereço que cobre boca e nariz, raça, gênero ou classe ainda podem ser observadas facilmente, o que mantém as características pelas quais os sujeitos podem sofrer algum tipo de discriminação. Sendo um adereço de ordem sanitária e com o objetivo de evitar o contágio da COVID-19, as máscaras, neste caso, não causam o efeito da não identificação dos sujeitos. Contudo, o enunciado a seguir traz outros posicionamentos de sujeitos, demarcados pelo uso da máscara.

SD 6:

Esta tecnologia da contraidentidade foi subitamente apropriada e invertida quando pseudônimos, robôs e perfis falsos passaram a se apropriar do anonimato para atacar outras pessoas e voltar a violência contra indivíduos e não mais contra corporações e instituições hegemônicas. Rapidamente o anonimato digital tornou-se o procedimento básico das fake news [...] (DUNKER, 2020, s/p).

Em contrapartida, outro fenômeno que se estendeu com a propagação do movimento *Anonymous* foi a utilização da não identificação do agente, que se configura como anonimato digital, para atacar pessoas. O enunciado SD 6 demonstra como ocorre o processo de passagem de movimentos de resistência a movimentos de ataque, que criam e disseminam as *fake news*.

Se há nas relações de poder a produção de verdade, há em todos esses movimentos, seja do *Anonymous* ou de quem usa o anonimato para disseminar as *fake news*, uma circulação de discursos, exercício de poder e, através dele, a produção de verdades. A verdade, portanto, “é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 1997, p. 11). Sustentadas por estas coerções e efeitos de poder, as *fake news* se tornam cada vez mais presentes na sociedade, na circulação dos discursos, assumem caráter de “verdade absoluta” e por isso são tão nocivas a qualquer sociedade.

A contra identidade observada no funcionamento das *fakes news* corrobora o poder do anonimato. Tais informações partem de algum lugar, ninguém sabe dizer ao certo de onde e nem quando, mas rapidamente alcançam um grupo enorme de pessoas e se traduzem em estratégias de ataque a outros sujeitos. Mas o exercício do poder não pode ser em si mesmo apenas uma violência, ou puramente passível de consentimento, este se constitui como um conjunto amplo de ações sobre ações, não se opera sozinho, se dá em razão de uma relação com outros sujeitos ativos; portanto, em sua estrutura, há sempre a necessidade da resistência. Enquanto este grupo “de máscara”, ou que não usa a máscara, se apropria de um de seus efeitos, o anonimato, e emprega estratégias de poder por meio das *fake news*, da mesma forma existem sempre sujeitos resistindo a elas.

O poder, então, no campo da possibilidade, “incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir” (FOUCAULT, 1997, p. 243).

A máscara como ética e estética da existência

A constituição de subjetividades nos tempos contemporâneos requer um olhar minucioso no que tange às condições de possibilidade que a permeiam. Não sendo fixos, os modos de subjetivação são sustentados pela história, cujas relações de saber e de poder vão se transformando em meio à ordem do dizível, da emergência de discursos legitimados, muitas vezes funcionando também como formas de dominação.

No âmbito da produção e dispersão discursiva, os dispositivos, na concepção de Michel Foucault (1997), nada mais são que uma rede de elementos composta por discursos,

instituições, leis, proposições morais, medidas administrativas que regem as práticas discursivas. Ligados às tecnologias, desempenham um papel de relevância no sentido de estabelecer uma padronização nos modos de vida dos sujeitos. É o caso do uso de máscaras que se observa nos dias atuais, como elo que promove uma aliança e uma alusão de “mesma” subjetividade⁶ aos sujeitos em nível mundial. O encobrimento de parte do rosto⁷ parece se constituir em uma técnica que apaga traços de subjetividades e faz emergir outro modo de subjetivação que se dá na dimensão coletiva.

Essa configuração padronizada suscita reflexões acerca dos modos de existência, em que a ética e a estética que pela pandemia advêm fazem emergir um padrão que foge da ordem social normalizada e que o sistema sanitário impõe aos sujeitos uma regra a ser seguida. Dessa forma, a máscara vai para além de uma tecnologia de proteção individual contra a COVID-19, pois esse recurso protege também o outro, resultando em uma defesa de todos.

Tratar de ética e estética da existência em tempos de pandemia é trazer à tona a relação do sujeito com a verdade. Assumindo um caráter dinâmico, as práticas discursivas emergem e dispersam sob várias possibilidades e em variados campos, produzindo sujeitos na dimensão de influência que os regimes de verdade exercem sobre eles. “A subjetividade é concebida como o que se constitui e se transforma na relação que ela tem com sua própria verdade. Não há teoria do sujeito independente da relação com a verdade” (FOUCAULT, 2016, p. 13).

Como já mencionado, a dinâmica da utilização de máscaras, assim como a própria natureza do sujeito do discurso que é social, trata-se de um comportamento que ultrapassa as fronteiras da individualidade (a não ser as ações de resguardo pelo isolamento social que podem ser variantes). Sendo de caráter sanitário, a dimensão ética também integra esse sistema de constituição subjetiva que se aflora nesse processo, bem como se observa na seguinte sequência discursiva:

⁶ Embora sendo um fenômeno mundial, é preciso considerar que nem todos os sujeitos aderem ao uso de máscara e, nesse aspecto, considerando a polarizada política brasileira, formações discursivas opostas entram em tensão: de um lado, os bolsonaristas defensores da cloroquina como uma medicação eficaz no tratamento da COVID-19 negam a ciência; de outro, os defensores da vacina como meio preventivo à contaminação e alternativa para a solução do problema. E o uso de máscara parece ser aderido mais por esse segundo grupo de sujeitos.

⁷ Refletir sobre o uso de máscara, acessório que encobre parte do rosto e que acaba por apagar traços identitários individuais do sujeito, é considerar o corpo como discurso, pela produção de sentidos e como marca de individualidade que configura a estética de cada um. Quando se fala em subjetividade, na perspectiva foucaultiana, trata-se de produções sociais, porém, vale destacar que a máscara apaga características que são individuais, estabelecendo um ilusório patamar de igualdade entre os sujeitos.

SD 7:

Neste sentido, a máscara não é apenas uma tecnologia de proteção, ela constitui um paradigma ético para os tempos que virão. Se insistirmos na moral da sobrevivência, segundo o princípio de que se cada um cuidar de si os outros serão beneficiados indiretamente ao estarmos reforçando um tipo de liberdade baseada no uso e abuso do que sentimos com a nossa propriedade (DUNKER, 2020, s/p).

Esse exercício ético do sujeito em relação à proteção individual funciona por uma ética que se estende para todos os sujeitos, na dimensão do coletivo, embora não funcione da mesma forma para todos. Faz-se necessário encobrir a parte do rosto (boca e nariz) que se constitui como vias de contágio da doença. Esse cuidado de si se estende também como cuidado dos outros com os quais se convive. Nessa estética da existência, as práticas de liberdade⁸ se transformam, pois os espaços (resguardar-se no lar) e modos de relações (evitar o contato físico) rompem com a normalidade dos modos de existência e estabelece outras formas de conduta. Essas considerações estão no enunciado em análise: “Neste sentido, a máscara não é apenas uma tecnologia de proteção, ela constitui um paradigma ético para os tempos que virão”.

No contexto das relações do sujeito consigo e com o outro, destacamos o que Foucault (2006) denomina de *epiméleia heautou*, que nada mais seria que as práticas do sujeito no âmbito dos regimes de verdade que as determinam. Essa nomenclatura atesta a retomada foucaultiana das sociedades gregas – aliás, esse estudioso formula grande parte de suas teorias com base nas sociedades greco-romanas – como inspiração para suas problematizações.

Na direção desse aporte teórico, os sujeitos inscritos na pandemia, sendo que esta intervém de modo produtivo nas suas relações, apresentam suas práticas no âmbito desse contexto. Frente ao regime de proteção em vigência, entra em jogo “[...] certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro. A *epiméleia heautou* é uma atitude para consigo, para com os outros, para com o mundo” (FOUCAULT, 2006, p. 14, grifo do autor).

O que está em jogo nesse contexto de utilização desse acessório, que se transformou em uma extensão do próprio corpo, é uma verdade que se prolifera na sociedade. Trata-se de uma doença contagiosa e que pode levar o sujeito a óbito. Dessa forma, grande parte dos

⁸ Ressalta-se que o conceito de práticas de liberdade deve ser entendido não pelas práticas pautadas em uma liberdade individual que ultrapassam as barreiras daquilo que é permitido socialmente, transgressor, mas como os modos do sujeito de se relacionar consigo mesmo e com os outros, que, no contexto da pandemia, a máscara representa o cuidado de si e dos outros, como dispositivo de controle sanitário que provoca uma alteração nas práticas sociais vigentes. Ainda que em muitos aspectos haja uma liberação para acontecer, o sujeito pratica essa liberdade de forma refletida, dentro dos preceitos da ética.

sujeitos adere a um regime de verdade estabelecido por órgãos sanitários, que interfere nas suas práticas discursivas, nos seus modos de subjetivação. No enunciado em análise, quando o sujeito do discurso afirma que “se cada um cuidar de si os outros serão beneficiados”, demonstra justamente que a pandemia impõe essa transição ética e estética, destacando a verdade sanitária como o que desperta segurança e resguarda a vida, sendo o uso da máscara um mecanismo para proteção mútua.

Em seus estudos sobre a medicina e suas implicações nas relações saber-poder, Foucault desbrava esse campo de saber como o que ela deveria exercer sobre os sujeitos. “A medicina [...] devia, sob a forma de um corpus de saber e de regras, definir uma maneira de viver, um modo de relação refletida consigo, com o próprio corpo, [...] com as diferentes atividades e com o meio” (FOUCAULT, 2005, p. 106). É demarcada, por essas problematizações, que a função médica vai além da cura concreta dos corpos enfermos, ela se estende às questões éticas entre sujeitos. Consideramos que a máscara cumpre essas funções que não se reduzem ao aspecto biológico da enfermidade, aspecto reiterado nos enunciados em análise. “A medicina teria a propor, sob a forma de um regime, uma estrutura voluntária e racional de conduta” (FOUCAULT, 2005, p. 106).

De acordo com a SD 7, em especial o enunciado “Se insistirmos na moral da sobrevivência, segundo o princípio de que se cada um cuidar de si os outros serão beneficiados indiretamente ao estarmos reforçando um tipo de liberdade baseada no uso e abuso do que sentimos com a nossa propriedade”, algumas questões nos interessam diante desse paradigma, pelo estabelecimento de um novo código de ética que se presencia no interior dessa pandemia. O modo como o sujeito se relaciona com a verdade se constitui no centro dessas reflexões e implica afirmar que nem todos aderem às regras, dadas as complexidades e necessidades de cada sujeito. O isolamento social influencia também no econômico, no educacional e no social, colocando a saúde pública em lugar de hegemonia entre os regimes de verdade.

Mas o que seria a verdade? Não se trata de algo dado e inquestionável, mas como mecanismo que rege os discursos e produz modos de subjetivação. Em síntese, seria aquilo que, de certa forma, determina as mudanças, altera a relação do sujeito consigo mesmo e com o outro. Não por acaso Foucault toma por base para as suas problematizações, quase que na totalidade de suas aulas nos cursos no *Collège de France*, que verdade e poder são elementos indissociáveis, uma vez que os sujeitos são conduzidos pela verdade. Nesse sentido, afirma-se que a verdade sanitária da atualidade tem sido aderida por uma grande massa populacional, estabelecendo novas performances de ética e estética da existência.

Esse novo código sanitário possibilita afirmar também que o sujeito não possui total domínio sobre seu corpo, considerando-se que o uso da máscara é resultante de uma regra superior, como um poder estabelecido sobre os corpos, como forma de controle social. Essa interferência sugere a ideia de como o sujeito é controlado pelo outro, inclusive o próprio corpo, como algo que parece tão íntimo e que ao mesmo tempo integra a estética coletiva quando se inscreve na ordem de saúde coletiva. Essa coletividade se dá também pela observação do outro em cumprimento a essa regra, em que todos devem aderir a essa causa.

Tapar o rosto com a máscara, que envolve o cumprimento de um código coletivo, entra na esteira do “ocupar-se de si”, que revela o amor a si mesmo no que tange à manutenção do corpo saudável. Por mais que possa parecer um gesto de egoísmo e de apreço individual para consigo mesmo em relação aos outros, essa atitude que parece contraditória se fundamenta em um sacrifício de si respaldado no interesse coletivo (FOUCAULT, 2004).

No que concerne a essa nova estética da existência e a ética nela impregnada, o *corpus* recortado para este estudo nos leva à reflexão de como o exercício de encobrir o rosto pode provocar efeitos de sentido distintos. Isto é, a máscara pode significar de várias formas, em que o apagamento da estética facial convida o outro a ter várias interpretações, no interior de sociedades distintas. Vejamos a próxima sequência discursiva:

SD 8:

A moralidade pública ocidental parece associar o encobrimento do rosto com a recusa em ser reconhecido, típica daquele que não quer mostrar sua verdadeira face, como é o caso dos bandidos e malfeitores. ‘Dar as caras’ ou “dar a cara para bater” são expressões que indicam como interpretamos a transparência do rosto como sinal de autenticidade e valentia moral (DUNKER, 2020, s/p).

Essa prática de proteção sanitária provoca efeitos diversos, tendo em vista os regimes de verdade em evidência e vinculados às condições que as possibilitam. Embora possa afirmar-se que ocorram deslizamentos de sentidos, essa estética apresenta um caráter de evidência no momento atual, dada a sua amplitude espacial e moral vigente. Tendo em vista seu caráter universal, essa ética pode apresentar distinções de significação em seu interior, a tomar como exemplo as sociedades ocidentais, conforme assinalado no enunciado SD 8.

O que varia, nesse contexto pandêmico é a ética vigente em cada sociedade, isto é, os modos de se relacionar com a verdade, que provocam efeitos diversos. Para algumas regiões, o encobrimento de parte do rosto se apresenta vinculado a outras práticas, como por exemplo, o sujeito bandido pela recusa em ser reconhecido, pelo apagamento da “transparência do rosto”, não portando uma possibilidade de identificação civil, como se observa na SD 8: “A

moralidade pública ocidental parece associar o encobrimento do rosto com a recusa em ser reconhecido, típica daquele que não quer mostrar sua verdadeira face, como é o caso dos bandidos e malfeitores”.

Para outras, trata-se de uma ordem normalizada, relacionada a outros códigos de ética que a tornam uma prática adequada socialmente. A despeito dessas variações de sentido vinculadas à ética e à estética que reinam em cada sociedade, o que torna essa prática comum mundialmente é a questão sanitária, tendo em vista ainda o efeito da globalização sobre os sujeitos, os quais se entrecruzam e interferem nos modos de subjetivação uns dos outros no interior de aspectos culturais, políticos e sociais.

Consideramos que essa interferência prática marcada no aspecto biológico do sujeito, não deixando o rosto à mostra, provoca um efeito de dualidade subjetiva, entre o que o sujeito parece ser e o que ele realmente é, no contexto das relações intersubjetivas. Considera-se que esse efeito depende também do olhar do outro, da forma como o sujeito é objetivado nesse contexto, o que acaba se assemelhando às práticas ficcionais e assumindo um entrelugar (devir) nessa divisão apresentada, conforme encontramos na SD 8: “‘Dar as caras’ ou ‘dar a cara para bater’ são expressões que indicam como interpretamos a transparência do rosto como sinal de autenticidade e valentia moral”.

Essa constituição que se direciona para a ética do cuidado de si pode ser relacionada, ainda, com o conhecer-te a ti mesmo, que também perpassa pelo outro, pelas questões morais vinculadas a códigos, no limite daquilo que pode ser praticado. Assim, “[...] é preciso que te ocupes contigo mesmo, que não te esqueças de ti mesmo, que tenhas cuidados contigo mesmo. E neste âmbito, como que no limite deste cuidado, que aparece e se formula a regra ‘conhece-te a ti mesmo’” (FOUCAULT, 2006, p. 7).

No que diz respeito a esse olhar sobre si, esse aspecto configura as práticas que envolvem as relações com o outro, com o mundo. Essa lógica funciona na base do controle, uma vez que, pelo olhar sobre as práticas discursivas, ninguém está autorizado a dizer tudo o que pensa, assim como as práticas consigo e com o outro obedecem a limites. Para tanto, conhecer a si mesmo é uma forma de saber se guiar e conduzir o outro.

Tento em vista as SDs 7 e 8 em análise, reiteramos que as técnicas do cuidado de si funcionam por meio de certos dispositivos que envolvem relações de poder, tais como a determinação do isolamento social, uso do álcool em gel para higienizar as mãos e uso de máscaras nos estabelecimentos públicos. Esses elementos de ordem material entram na esteira das técnicas de si, configurando as relações do sujeito com o mundo e estando subordinadas à moral da proteção de todos. Nessa direção, é preciso manter-se unidos por esse ideal de

maneira que se afastem uns dos outros fisicamente. Trata-se, portanto, da lógica do cuidado de si e do outro como forma de se relacionar com essa verdade que rege os corpos e (re)configura suas subjetividades.

Considerando que o exercício de proteção se dá por meio de práticas discursivas e não discursivas, o olhar do outro intervém de forma considerável na conduta do sujeito e vice-versa. O desconfiar-se do outro pela máscara ou até mesmo sem ela estabelece um confronto de face a face, de encarar o outro e muitas vezes aderir-se a um discurso parresiástico (a coragem de se dizer a verdade) como forma de controle. Entra em cena a persuasão, que, como destaca Foucault (2010), carrega consigo seu poder de convencimento e de influência em relação aos discursos dirigidos ao outro. Essa possibilidade da *parresía*, que ganha sustento pelas práticas de liberdade, se assenta também na ideia de um sujeito político (SOUZA, 2019).

O cuidado de si e do outro nada mais seria do que “nos ocupar do outro”, e, em sentido metafórico, a máscara parece apagar vidas pela anulação identitária, mas que acaba por nos afetar no interior dessas práticas. Além disso, o código de uma ética estabelecido leva os sujeitos ao controle uns dos outros pela vigilância, em que o olhar do outro sobre nós interfere na nossa conduta, no nosso modo de olhar para nós mesmos, nos modos de subjetivação historicamente construídos.

Considerações finais

Traçando caminhos arquegenealógicos foucaultianos para pensar o uso de máscaras pelos sujeitos na sociedade do presente e refletindo sobre suas várias possibilidades de sentido, realizamos este gesto analítico. Para tanto, o *corpus* para análise se constituiu de um texto recortado do *Blog do Dunker*, discurso sobre a máscara que consideramos fértil para refletir os sentidos do uso desse acessório na atualidade.

Durante os percursos alçados no decorrer de sua elaboração ficou clara a forma como o uso da máscara aparece como um enunciado integrado a um dado arquivo em que apresenta como efeito de sentido o apagamento das subjetividades individuais com incentivo ao coletivo. Quanto ao uso de máscara, tanto em movimentos de resistência quanto em uma pandemia como a que vivemos hoje, é um ato coletivo, usa-se a máscara para dar uma só voz a um grupo heterogêneo de indivíduos, assim como se usa a máscara para o cuidado de si e também do outro.

O caráter de anonimato instigado pelo uso das máscaras, porém, não é utilizado apenas por grupos que estão em embate de resistência na sociedade, as mesmas técnicas de produção de verdades são utilizadas para a disseminação das *fake news*. O apagamento das subjetividades, isto é, a dessubjetivação, faz com que sujeitos deixem de ter voz e passem a ser representados como um grande grupo. Sendo assim, não há, diretamente, um responsável pelas ações praticadas, mas sim vários sujeitos que, pelo uso de máscaras, como robôs e perfis falsos, por exemplo, se apagam para fazer surgir uma entidade que não tem nome, nem lugar e utilizam-se de estratégias de poder para a produção de “verdades” dentro da sociedade. A resistência existe, mas, neste jogo, as estratégias de poder estão sempre se atualizando e se reinventando.

Por fim, é dentro desta relação entre o cuidar de si e o cuidar do outro que ocorre a renúncia de si mesmo, os sujeitos acabam se desfazendo de seus traços de subjetividades para a libertação do próprio corpo, para proteger-se do vírus. Não obstante, é por meio desses jogos de poder e das relações assumidas entre os sujeitos e o uso das máscaras que essa prática agora se estabelece como o novo normal, a máscara passa a ser um adereço, totalmente incorporado às vidas, aos vestuários e à subjetividade coletiva que surge nesse processo.

Referências

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DUNKER, Christian. Do Anonymous ao covid, uso de máscara vai mudar a lógica de nossas relações. **Blog do Dunker**. 2020. Disponível em: <<https://blogdodunker.blogosfera.uol.com.br/2020/06/05/do-anonymous-ao-covid-uso-de-mascara-vai-mudar-a-logica-de-nossas-relacoes/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Linguística e História: formação e funcionamentos discursivos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (orgs.). **Análise do Discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004, p. 43-70.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise de discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política**. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III: o cuidado de si**. 8. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 2 ed. Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)**. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

NAVARRO, Pedro. Pode a imagem falar na análise do discurso político? In: GREGOLIN, M. R. V.; KOGAWA, J. M. M. (orgs.). **Análise do Discurso e Semiologia: problematizações contemporâneas**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2012, p. 121-148.

SOUZA, Pedro de. Práticas de liberdade em Michel Foucault: questões em aberto. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 16 , n. 3, p. 4003-4010, jul./set., 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n3p4003>>. Acesso em: 6 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2019v16n3p4003>

Recebido em: 21 de janeiro de 2021

Aceito em: 31 de março de 2021